

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2022

ARP nº 04/2022

PROCESSO nº. 0001039-38.2021.6.22.8000 - SEI

PREGÃO ELETRÔNICO nº. 22/2021(SRP)

A **UNIÃO**, através do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**, inscrito no CNPJ sob o nº 04.565.735/0001-13, com sede à Avenida Presidente Dutra, nº. 1889, Baixa União, CEP: 76.805-859, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, por intermédio de sua Diretora Geral, senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 294.893-SSP/RO e do CPF nº. 475.106.849-00, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR**, **RESOLVE**, nos termos da Lei 8.666/1993 e do Decreto 7.892/2013, em face das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico supramencionado, **REGISTRAR O PREÇO DOS PRODUTOS ABAIXO DISCRIMINADOS**, conforme descrito no Anexo I do Edital de Pregão respectivo, da licitante **HR SOLUCOES E SERVICOS EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº. **07.494.365/0001-69**, com sede na Rodovia Anel Viário, nº. 9301, Anel Viário. Ji-Paraná-RO – CEP: 76.914-899. Telefone(s): (69) 3421.6646, (69) 98479-3963 e E-mail(s): administrativo@hrdigital.com.br e publicacao@hrdigital.com.br, neste ato representada por **DANIELLE CRISTINA DA SILVA**, brasileira, portadora do **RG nº. 000914576** - SSP/RO, e do **CPF nº. 874.283.262-49**, doravante denominada simplesmente **ADJUDICATÁRIA**.

1.1. Ficam registrados para os itens abaixo especificados os seguintes preços:

Lote/Grupo 01					
Item da ARP	DESCRIÇÃO	Unid.	Preço Unit. (R\$)	Qtd. TRE/RO	Preço Total (R\$)
01	Serviço de filmagem, com captação de imagens em alta definição HDV/fullHD e sons, utilizando duas câmeras (Capital)	Período de 2 horas	1.500,00	20	30.000,00
02	Serviço de filmagem, com captação de imagens em alta definição HDV/fullHD e sons,	Período de 4 horas	2.200,00	20	44.000,00

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	utilizando duas câmeras (Capital).				
03	Serviço de filmagem, com captação de imagens em alta definição HDV/fullHD e sons, utilizando uma câmera (Capital)	Período de 2 horas	1.366,6667	20	27.333,334
04	Serviço de filmagem, com captação de imagens em alta definição HDV/fullHD e sons, utilizando uma câmera (Capital)	Período de 4 horas	2.166,6667	20	43.333,334
05	Serviço de filmagem, com captação de imagens em alta definição HDV/fullHD e sons, utilizando uma câmera - (Interior)	Período de 4 horas	3.000,00	08	24.000,00
06	Serviço de filmagem realizado com a utilização drone profissional com equipamento de alta performance para captação de imagens, vídeos e tomadas aéreas, com captação de imagens em alta definição (4K) e sons (Capital)	Período de 2 horas	2.150,00	10	21.500,00
07	Serviço de transmissão ao vivo, com captação de imagens em alta definição HDV/fullHD e sons, utilizando três câmeras (Capital)	Período de 4 horas	5.833,3333	6	34.999,9998
08	Serviço de produção, edição e finalização de vídeos institucionais (baixa e média complexidade)	Minuto	766,6667	50	38.333,335
09	Serviço de produção, edição e finalização de vídeos institucionais (alta complexidade)	Minuto	1.200,00	20	24.000,00
Valor total da ARP, R\$					287.500,0028



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1.2. No Anexo II do instrumento convocatório são apresentados os quantitativos estimados de aquisição, os quais serão adquiridos de acordo com a necessidade e conveniência do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, mediante a expedição de Notas de Empenho de Despesa e Contrato.

1.3. As quantidades dos materiais que vierem a serem adquiridas serão definidas nas respectivas Notas de Empenho e Contrato.

1.4. O prazo de execução de cada serviço efetivamente demandado será definido nas requisições, de acordo com o grau de complexidade de cada ação de publicidade ou jornalismo.

1.5. As regras para a execução de cada serviço contratado, incluindo data, local, entre outras, serão indicadas nas requisições e estarão em consonância com o disposto no Termo de Referência respectivo.

1.6. A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica - ou por outros meios previstos na legislação de licitações, para a aquisição pretendida, assegurado ao detentor do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

1.7. A presente Ata de Registro de Preços tem prazo de vigência de 12 (doze) meses, a contar de sua publicação no órgão oficial da Administração, não podendo ser prorrogada.

1.8. No TRE-RO, A Gestão e a Fiscalização da presente contratação será exercida pelo Titular da Seção de Comunicação Social - SECOMS, telefone (69) 3211-2129 e 3211-2109, e-mail: secoms@tre-ro.jus.br.

1.9. Não houve adesão ao cadastro reserva desta Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim acordados, lavrou-se o presente instrumento, que após lido e achado conforme foi assinado pelas partes por meio do Sistema Eletrônico de Informação – SEI do TRE-RO, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho-RO, 02 de fevereiro de 2022.

LIA MARIA ARAÚJO LOPES Pelo TRE-RO Órgão Gerenciador	DANIELLE CRISTINA Pela Adjudicatária
<i>Fábia Maria dos Santos Silva</i> CPF: 567.849.102-49 Testemunha	<i>Roberto Carlos</i> CPF: 255.811-11 Testemunha



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **DANIELLE CRISTINA DA SILVA, Usuário Externo**, em 03/02/2022, às 16:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 03/02/2022, às 17:52, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 07/02/2022, às 11:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS ROBERTO CAVALCANTI DA SILVA, Técnico Judiciário**, em 07/02/2022, às 11:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0786040** e o código CRC **493F6530**.

0001039-38.2021.6.22.8000

PROCESSO: 0001039-38.2021.6.22.8000

INTERESSADO: SECOMS

ASSUNTO: **Análise final de processo licitatório – Pregão Eletrônico SRP nº 22/2021** - contratação continuada de serviços de filmagem, captação de imagens e sons, produção, edição e finalização de vídeos e serviços de captação de imagens com sua respectiva gravação e transmissões ao vivo, além de transmissões de painel em led. **Análise recursal** –



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Empresa Recorrente: **NOBRE SERVIÇOS DIGITAIS LTDA**, CNPJ nº 20.433.203/0001-89.

PARECER JURÍDICO Nº 240 / 2021 - PRES/DG/AJDG

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado por solicitação da Seção de Comunicação Social – SECOMS ([0668171](#)), para formação de registro de preços para eventual contratação de serviços de captação de imagens e sons, produção, edição e finalização de vídeos, serviços de transmissão ao vivo, serviço de instalação de telão LED com projeção de imagens e serviços de captação de imagens com sua respectiva gravação para atender demandas oriundas das atividades institucionais deste Regional, conforme descrito no tópico 2.0 do Termo de Referência - TR nº 5 – PRES/COPRESI/SECOMS ([0721407](#)).

02. A minuta de Edital de Pregão Eletrônico e seus anexos, juntados aos eventos [0743901](#) e [0744616](#), foram objeto de análise desta AJDG pelo Parecer Jurídico nº 165/2021-PRES/DG/AJDG ([0748715](#)), sendo aprovado, nos termos do parágrafo único do artigo 38 da Lei Geral de Licitações e Contratos, e convertido no Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 22/2021 ([0749253](#)).

03. Iniciada a fase externa do certame, o citado Edital de Pregão Eletrônico teve seu extrato publicado no Diário Oficial da União e no Diário da Justiça Eleitoral. A íntegra do referido edital foi disponibilizada no portal de compras do Governo Federal - Comprasnet - e nos sítios eletrônicos deste Tribunal. Todas as publicações mencionadas foram juntadas no Sistema SEI, conforme eventos [0750968](#).

04. Não houveram registros de pedido de esclarecimento e de impugnação ao Edital.

05. Na sequência, vieram aos autos os seguintes documentos extraídos do certame:

a) relatório de propostas do sistema COMPRASNET ([0756687](#));

b) proposta inicial de todos itens da empresa participante do certame NOBRE SERVIÇOS DIGITAIS LTDA., CNPJ nº 20.433.203/0001-89



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(nome fantasia SOMOS + Soluções Criativas), e proposta final, eventos [0756688](#) e [0756710](#), respectivamente;

c) respectivos documentos de habilitação – qualificação técnica da empresa NOBRE SERVIÇOS DIGITAIS LTDA. ([0756716](#));

d) Solicitação nº 116/2021 – PRES/DG/SAOFC/COMAP/SLC ([0756732](#)), o Pregoeiro solicita análise da unidade demandante (SECOMS) sobre a proposta e os documentos de habilitação apresentados pela empresa NOBRE SERVIÇOS DIGITAIS LTDA.;

e) Manifestação da unidade técnica – SECOMS ([0757429](#)) informando que a proposta e a habilitação jurídica e fiscal da empresa NOBRE SERVIÇOS DIGITAIS LTDA. estão de acordo com o exigido no procedimento licitatório. Porém, em relação a habilitação TÉCNICO-OPERACIONAL, conforme análise da SECOMS, a empresa foi solicitada a sanar ou atentar-se às regras do edital, não sendo possível pela recusa da proposta e da documentação apresentada;

f) Em atendimento a diligência, a empresa NOBRE SERVIÇOS DIGITAIS LTDA. apresentou documentação juntada aos autos no evento [0760572](#), as quais foram levadas pelo Pregoeiro a análise da unidade técnica demandante da contratação ([0761124](#));

g) A unidade SECOMS considerou os documentos apresentados pela empresa NOBRE SERVIÇOS DIGITAIS LTDA. insuficientes para comprovar a habilitação técnica mínima necessária para a execução dos serviços, rejeitou a proposta e solicitou a convocação da próxima licitante;

h) Documentos de habilitação fiscal da empresa NOBRE SERVIÇOS DIGITAIS LTDA. ([0762520](#));

i) proposta inicial de todos itens da empresa participante do certame HR SOLUÇÕES E



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

SERVIÇOS EIRELI, CNPJ nº 07.494.365/0001-69 e proposta final, eventos [0762528](#) e [0762918](#), respectivamente;

j) respectivos documentos de habilitação – qualificação técnica da empresa HR SOLUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI ([0762921](#));

k) Solicitação nº 128/2021 – PRES/DG/SAOFC/COMAP/SLC ([0762937](#)), o Pregoeiro solicita análise da unidade demandante (SECOMS) sobre a proposta e os documentos de habilitação apresentados pela empresa HR SOLUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI;

l) Manifestação da unidade técnica – SECOMS ([0767071](#)) informando que a proposta e a habilitação jurídica e fiscal da empresa HR SOLUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI, bem como sua habilitação TÉCNICO-OPERACIONAL, conforme análise da SECOMS, estão de acordo com o exigido no procedimento licitatório;

m) Documentos de habilitação fiscal da empresa HR SOLUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI ([0767266](#));

n) Ata do Pregão Eletrônico nº 22/2021 ([0770604](#));

o) Registro de intenção de recurso da empresa NOBRE SERVIÇOS DIGITAIS LTDA. para os serviços do GRUPO 1 do certame ([0770617](#));

p) Razões de Recurso interposto pela licitante NOBRE SERVIÇOS DIGITAIS LTDA. ([0770626](#));

q) Contrarrazões ao recurso apresentado pela licitante vencedora HR SOLUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI ([0770690](#));

r) Solicitação de informação complementar do pregoeiro a unidade SECOMS quanto ao recurso interposto pela licitante NOBRE SERVIÇOS DIGITAIS LTDA. ([0770740](#));

s) Resposta da SECOMS mantendo seu entendimento pela inabilitação da empresa recorrente ([0772191](#));



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

t) Manifestação do pregoeiro, julgando improcedente o recurso citado ([0772850](#)); e

u) Termo de Adjudicação dos serviços relacionado ao Grupo 2 do certame a empresa NOBRE SERVIÇOS DIGITAIS LTDA. ([0772857](#)).

10. O pregoeiro apresenta seu Relatório nº 52/2021 – PRES/DG/SAOFC/COMAP/SLC ([0772858](#)) com a síntese de todo o procedimento licitatório, e demanda a esta assessoria jurídica a análise do Pregão Eletrônico SRP n. 22/2021, a decisão do recurso interposto, a adjudicação dos serviços relacionado no Grupo 1 e a homologação do certame pela autoridade superior ([0772871](#)).

11. O Recurso Hierárquico interposto pela licitante NOBRE SERVIÇOS DIGITAIS LTDA. contra a decisão do pregoeiro, devidamente assinado, foi juntado aos autos no evento [0775172](#). O pregoeiro se manifestou pelo não conhecimento do recurso hierárquico apresentado por e-mail, visto que intempestivo, inadequado e já postulado pelo meio correto ([0775109](#)).

12. Assim instruídos, os autos foram remetidos a esta AJDG para análise (Remessa 142 - [0775175](#)). **É o relatório.**

II – ANÁLISE JURÍDICA

13. Desencadeada a fase externa da competição, nota-se a observância do art. 4º, inc. V, da Lei nº 10.520/2002 c/c art. 25 do Decreto Federal nº 10.024/19, dando-se a devida divulgação do aviso de licitação, com observância do prazo mínimo de 08 (oito) dias úteis da publicação para o recebimento das propostas, em atendimento ao disposto no citado Decreto.

14. Na publicação do aviso ([0750968](#)), consta a definição do objeto e a indicação do local, dias e horários em que poderá ser obtida a íntegra do Edital e o endereço eletrônico onde ocorrerá a sessão pública, com a data e hora de sua realização, em observância ao art. 4º, inc. II, da Lei nº 10.520/2002.

15. Passa-se à análise do procedimento propriamente dito, tomando-se os elementos constantes dos autos e as principais ocorrências contidas no relatório do Pregoeiro ([0772858](#)):



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

a) Pedido de esclarecimentos e impugnação ao Edital:

Não houve registros de pedido de esclarecimento e de impugnação ao Edital.

b) Desclassificação da proposta de forma sumária – item 6.2 do edital: Não houve.

c) Lances: Os lances estão registrados em demonstrativos do sistema COMPRASNET ([0756687](#)), na Ata de Realização do Pregão Eletrônico nº 22/2021 ([0770604](#)). Não houve recusa de lances.

d) Item deserto: Não houve.

e) Cancelados na aceitação: Não houve.

f) Fase de negociação/ aceitação: Nesta fase, o Pregoeiro negocia com as licitantes, via Sistema Eletrônico – *chat*, a redução do lance ou da proposta mais vantajosa, na tentativa de obter preço ainda melhor, observado o critério de julgamento. As ocorrências estão registradas no item 5.3 do Relatório n. 52 do pregoeiro ([0772858](#)), cuja justificativa demonstra a aplicação acertada e objetiva dos critérios de aceitação de proposta estabelecidos no instrumento convocatório. Destaca-se a atuação do responsável técnico da unidade SECOMS, o qual respondeu aos questionamentos de ordem técnica solicitados pelo pregoeiro e levantados pela empresa recorrente, ainda se manifestou na classificação e na aceitação dos itens em grupos.

g) Fase de Habilitação: A empresa **NOBRE SERVIÇOS DIGITAIS LTDA.** atendeu os requisitos de habilitação com a apresentação dos documentos necessários ([0756716](#)). A unidade técnica manifestou-se pela regularidade da documentação ([0757429](#)), dessa forma a citada licitante foi considerada habilitada para o Grupo 2. Já a empresa **HR SOLUÇÕES E SERVIÇO EIRELI**, CNPJ 07.494.365/0001-69, apresentou os documentos habilitatórios previsto no edital ([0762921](#)) e, após manifestação da unidade técnica-demandante pela aceitação da documentação, foi habilitada para o Grupo 1, conforme se verifica no item 5.4 Fase de habilitação – Relatório 52 ([0772858](#)).

h) Recurso: O recurso foi conhecido ante o preenchimento dos pressupostos recursais, e no mérito o pregoeiro manteve a decisão atacada, mediante os fatos e fundamentos expostos na sua manifestação ([0772850](#)). Diante da existência de recurso para os serviços relacionados no Grupo 1 do certame, a adjudicação para esse Grupo caberá a autoridade superior.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

16. De primeiro, oportuno informar que a fase recursal do pregão, seja ele eletrônico ou presencial, inicia-se ao término da sessão, quando ocorre a declaração do vencedor por parte do pregoeiro, antes do ato da adjudicação. Trata-se de uma declaração divulgada na própria sessão pública, não havendo necessidade de publicação na imprensa oficial, nos termos do § 1º do artigo 109, da Lei nº 8.666/93.

17. Andou bem o pregoeiro ao disponibilizar aos demais licitantes toda a documentação relativa à proposta e à habilitação a fim de possibilitar a interposição de recurso e a fundamentação desses, nesse sentido Acórdão -TCU Plenário nº 339/10.

18. Também avaliou de forma correta o juízo de admissibilidade, levou em consideração a presença dos pressupostos recursais (sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação), sem adentrar no exame prévio do mérito do pedido (Acórdão TCU-Plenário nº 2627/13).

19. Foi oportunizado a todos os licitantes interessados contraditar os termos das peças apresentadas, de forma a garantir a observância do devido processo legal e do contraditório, nos termos do inciso XVIII, artigo 4º, da Lei nº 10.520/02.

20. Em análise ao mérito o pregoeiro entendeu por desconsiderar as razões recursais apresentadas pela empresa NOBRE SERVIÇOS DIGITAIS LTDA., entendeu como insuficientes e infrutíferas as alegações apresentadas ([0772850](#)).

21. Em suas razões de recurso, noticia em síntese a recorrente que possui capacidade técnica exigida no edital, vejamos o relatório da Manifestação do Pregoeiro ([0772850](#)), o qual adotamos a seguir:

Requisito: alínea “a” do item 9.3 do edital:

Manifestação: “podemos observar o atendimento do item no atestado de capacidade técnica emitido pelo Partido Solidariedade de Rondônia, referente ao contrato nº 003/2020, na execução dos serviços de produção e filmagem com “gravação em estúdio e externas, durante 30 dias com duração mínima de 6h por dia” e

“Vale ressaltar, ainda, que o atendimento a esta alínea pode ser comprovado também pelo atestado de capacidade emitido pela GramadoTur, ao qual a requerente realizou “operação de sistema de filmagem e transmissão do 49º Festival de Cinema de Gramado (contrato 032/2021), que teve duração nos dias 13 a 21 de agosto de 2021, somando 9 dias de gravações contínuas.”

Requisito: alínea “b” do item 9.3 do edital:

Manifestação: “a capacidade técnica pode ser aferida com os serviços executados no contrato com o Partido Solidariedade, na “Gravação de cenas aéreas em alta qualidade (4K 120 fps) de todos os distritos de Porto Velho do eixo da BR e das comunidades São Carlos, Nazaré e Calama no baixo madeira. As gravações



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ocorreram em 7 dias, conforme descrição no contrato, e portanto, obviamente, em quantitativo mínimo de 10 horas, atendendo assim o item.” e,

“Ainda relacionado a alínea “b”, fora realizado junto à Prefeitura Municipal de Juiz de Fora – MG, serviços de “gravação com drone” de ao menos 6 horas, e, ainda, junto ao atestado de capacidade técnica emitido pela IRTUR que poderá ser comprovado pelo contrato (anexo), aos quais complementam a capacidade técnica para o item em questão.”

Requisito: alínea “c” do item 9.3 do edital:

Manifestação: “A requerida executou serviços junto ao Instituto Rondoniense de Turismo (IRTUR) no documentário de turismo de Base Comunitária da RESEX Lago do Cuniã, desde a etapa de elaboração de roteiro, gravação, montagem, edição e finalização do projeto, o que supre a exigência da alínea “c” do item 9.3 do edital, conforme atestado apresentado e também anexo.”

Requisito: alínea “d” do item 9.3 do edital:

Manifestação: “é atendido sem dificuldades pela requerida, visto que executou junto ao Partido Solidariedade 4 transmissões ao vivo com 4 câmeras, incluindo a Convenção Partidária, que, por si só, já atende a capacidade solicitada.”

E conclui informando que “esses atestados são suficientes para comprovar que os serviços prestados foram realizados pela empresa de forma satisfatória e compatível com o objeto licitado. *(sem grifos no original)*

22. Por sua vez a empresa vencedora dos serviços relacionados no Grupo 1 do certame (HR Soluções e Serviços EIRELI) não apresentou suas contrarrazões, se limitando apenas a dizer não ser de sua alçada opinar a respeito da decisão do Sr. Pregoeiro e das razões do recurso da recorrente ([0770690](#)).

23. Primeiramente, destaca-se que houve a manifestação da unidade técnica demandante, oportunidade em que analisou as questões alegadas pela empresa recorrente (Informação nº 42/2021 – PRES/COPRESI/SECOMS – evento [0772191](#)).

24. O recurso foi conhecido pelo Pregoeiro, posto que tempestivo e adequado, contudo manteve a decisão atacada. Assim, não houve juízo de retratação ([0772850](#)).

25. Destaca-se que o pregoeiro agiu corretamente ao rejeitar em sua análise as alegações da empresa recorrente **NOBRE SERVIÇOS DIGITAIS LTDA.**, foi devidamente oportunizado prazo para apresentação de documentos idôneos que comprovassem que os serviços constantes nos atestados apresentados atendiam às exigências do instrumento convocatório.

26. Todavia, dentro do prazo a empresa recorrente apresentou documentos, no entanto, em relação aos Atestados de Capacidade Técnica operacional, anteriormente e tempestivamente apresentados, emitidos pela empresa Informa na Hora Serviços de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Publicidade e Propaganda, pela INTUR e pela Associação Rondoniense de Jovens Empresários – AJE/RO, a licitante não apresentou nenhum documento complementar.

27. O que a empresa se propôs a fazer foi a apresentação fora do prazo previsto no item 10.1 do Edital, de novos Atestados de Capacidade Técnica operacional, relacionados a Prefeitura Municipal de Juiz de Fora e ao Tribunal Regional Eleitoral do Pará. Pela leitura atenta do item 10.3 do edital, fica claro que os documentos complementares à habilitação se prestam à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados. Logo, andou bem o Pregoeiro em não admitir a apresentação de novos ACT'S, bem como de documentos diversos.

28. A unidade demandante SECOMS em sua análise técnica, assim se posicionou em relação as razões recursais da empresa **NOBRE SERVIÇOS DIGITAIS LTDA.**, vejamos:

(...)

Resume-se em dizer que, embora a empresa alegue sua competência através de assinaturas de contratos, portfólio de trabalho e atestados genéricos, a interpretação da unidade técnica precisa ser objetiva e não extensiva, de forma que, com grande esforço, não foi possível por esta unidade técnica aferir a habilitação técnica mínima exigida, prevista no capítulo 8.6 e 8.6.1, do Termo de Referência n. 5/2021 [0721407](#).

Em determinada passagem, assim alega a licitante:

" Requisito: alínea "b" do item 9.3 do edital:

Manifestação: "a capacidade técnica pode ser aferida com os serviços executados no contrato com o Partido Solidariedade, na "Gravação de cenas aéreas em alta qualidade (4K 120 fps) de todos os distritos de Porto Velho do eixo da BR e das comunidades São Carlos, Nazaré e Calama no baixo madeira. As gravações ocorreram em 7 dias, conforme

descrição no contrato, e portanto, obviamente, em quantitativo mínimo de 10 horas, atendendo assim o item."

e

"Ainda relacionado a alínea "b", fora realizado junto à Prefeitura Municipal de Juiz de Fora – MG, serviços de "gravação com drone" de ao menos 6 horas, e, ainda, junto ao atestado de capacidade técnica emitido pela INTUR que poderá ser comprovado pelo contrato (anexo), aos quais complementam a capacidade técnica para o item em questão. "

Desta forma, é necessário esclarecer que as exigências mínimas deverão ser realizadas com único contratante e **descritas objetivamente**.

No caso em tela, a licitante anexou pregões, editais, contratos assinados, OS's e atestados genéricos, no intuito de forçar o setor de análise técnica à aceitar sua habilitação, estratégia ao qual não apresenta-se correta, visto que, dada a possibilidade de corrigir seus atestados, conforme [0761894](#), novamente apresentou documentações genéricas [0760572](#), ao qual, novamente, friso que não duvida-se de que no mundo real a empresa possa executar tais serviços, porém, **a apresentação das peças formais corretamente redigidas, de forma a não gerar dúvidas por parte da análise técnica, é medida ao qual se impõe, razão pela qual permanece o posicionamento de inabilitação da licitante por esta unidade.** (sem grifos no original)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

29. Assiste razão a unidade técnica em se pautar pela objetividade nas informações dos Atestados de Capacidade Técnica. A empresa NOBRE SERVIÇOS DIGITAIS LTDA. foi oportunizado no prazo editalício a complementar os documentos, ademais, é dever imposto pelo Decreto 10.024/2019, vejamos:

Art. 26. Após a divulgação do edital no sítio eletrônico, **os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço**, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública. *Sem grifos no original.*

30. Fica claro, então, o dever de todos os licitantes interessados em participar do certame encaminharem previamente, por meio do sistema eletrônico, os documentos de habilitação exigidos pelo edital, quando da apresentação de suas propostas.

31. Ademais, essa foi a principal modificação à etapa de habitação no pregão eletrônico trazida pelo Decreto nº 10.024/19, cadastrar previamente à abertura da sessão pública, por meio do sistema eletrônico, as propostas acompanhadas dos documentos de habitação exigidos pelo instrumento convocatório.

32. Pois bem, ciente de sua participação no certame e consequentemente dos termos do Edital de Pregão Eletrônico SPR nº 22/2021, cabe as empresas, caso necessário, o ajuste de seus documentos junto aos órgãos ou entidades, e a exemplo de tal procedimento, apresentamos a Orientação Normativa nº 6/2018 da CGU, vejamos:

(...)

Art. 6º O Atestado de Capacidade Técnica será emitido pela Coordenação de Gestão de Contratos - CGCON e assinado, conjuntamente, pelo Fiscal ou pelo Gestor responsável pelo Contrato.

(...)

2º O Atestado de Capacidade Técnica será emitido conforme modelo padrão, priorizando-se a prestação de informações acerca das parcelas de maior relevância e valor significativo da contratação, sendo que eventuais dados específicos demandados pela empresa interessada, desde que expressamente mencionadas no requerimento, somente serão acrescidos ao documento se restar demonstrada a sua essencialidade ao fornecimento e/ou à prestação dos serviços ou ao atendimento de exigência Editalícia, situação na qual o Atestado de Capacidade Técnica será composto também de um anexo de conteúdo eminentemente técnico, a ser assinado somente pela área técnica responsável.

(...)

33. Ainda, o Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 22/2021 ([0749253](#)) estabeleceu parâmetros objetivos para a análise da comprovação dos atestados de capacidade técnica operacional, de forma a avaliar serviços



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos que as licitantes já haviam oferecido no mercado, comparados com o objeto da licitação. Nesse sentido o artigo 30, inciso II, da Lei n. 8.666/93 e o Acórdão 914/2019 TCU - Plenário.

34. Além disso, percebe-se pelos documentos que compõe a futura contratação, a realização de estudos técnicos pela unidade SECOMS para a definição do objeto, critérios objetivos foram adotados na definição de um quantitativo específico de acordo com o objeto a ser licitado, excluindo-se da definição do objeto qualquer previsão genérica, o que poderia acarretar em subjetividade de entendimentos e julgamentos, na contramão da legislação vigente.

35. Rechaçando os argumentos da empresa recorrente, vamos citar aqui a inteligência da Corte Nacional, nesse sentido vejamos Acórdão 914/2019 – Plenário – Relatora Min. Ana Arraes.

Acórdão 914/2019

9.3.2. estabeleça no edital da nova licitação, **de forma clara e objetiva, os requisitos de qualificação técnica que deverão ser demonstrados pelos licitantes, os quais deverão estar baseados em estudos técnicos.** Sem grifos no original

36. Não se trata aqui de defeitos puramente formais nos documentos apresentados, e sim forçar a uma interpretação subjetiva diante a uma situação fática apresentada, e ainda reconhecer a apresentação tardia de documentos que deveriam integrar a proposta. Vejamos como a empresa recorrente coloca em suas razões, se referindo aos requisitos da alínea “b” do item 9.3 do edital.

“a capacidade técnica pode ser aferida com os serviços executados no contrato com o Partido Solidariedade, na “Gravação de cenas aéreas em alta qualidade (4K 120 fps) de todos os distritos de Porto Velho do eixo da BR e das comunidades São Carlos, Nazaré e Calama no baixo madeira. **As gravações ocorreram em 7 dias, conforme descrição no contrato, e portanto, obviamente, em quantitativo mínimo de 10 horas, atendendo assim o item.**”

“Ainda relacionado a alínea “b”, fora realizado junto à Prefeitura Municipal de Juiz de Fora – MG, serviços de “gravação com drone” de **ao menos 6 horas, e, ainda, junto ao atestado de capacidade técnica emitido pela IRTUR que poderá ser comprovado pelo contrato (anexo), aos quais complementam a capacidade técnica para o item em questão.**”

37. Portanto, e de acordo com a legislação vigente e também com as regras do edital, tanto a unidade técnica como o pregoeiro, lançaram mão de medidas que privilegiaram não só o princípio do formalismo moderado, mas os princípios da ampla competitividade, da busca da verdade material e da obtenção da proposta mais vantajosa. Do contrário, estariam os agentes públicos (chefe da unidade SECOMS e pregoeiro) incorrendo em suposições e interpretações subjetivas, totalmente fora dos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

seus espectros de competência, o que possibilitaria inclusive tal atitude, a prática de ato ilícito no cumprimento de suas funções.

38. Sem reparos a decisão do pregoeiro, que não utilizou seu juízo de retratação, pautado na manifestação da unidade técnica demandante dos serviços, avaliou todas as razões do recurso, com suporte em normas pertinentes ao assunto. Vê-se, portanto, que a decisão do Pregoeiro seguiu fielmente as regras editalícias em relação à solução dos fatos, do contrário correria o risco na ilegalidade e nulidade do procedimento licitatório.

39. Em relação ao outro recurso apresentado pela empresa NOBRE SERVIÇOS DIGITAIS LTDA., documento assinado juntado aos autos pelo pregoeiro no evento 0775172, essa assessoria jurídica com abrigo nas regras do edital, especificamente nos itens 12.4, 12.4.1 e 12.4.2, e ainda com apoio no artigo 44 e seu § 1º, do Decreto 10.024/2019, opina pelo não conhecimento do recurso hierárquico apresentado por e-mail, visto que intempestivo, inadequado e já postulado pelo meio correto, e analisado nesse opinativo por essa unidade jurídica.

40. Releva registrar que o procedimento licitatório foi marcado pela isonomia e probidade. Desse modo, **conclui-se que o procedimento transcorreu de forma regular**, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata da Sessão Pública.

41. Nessa linha de reflexão, evidencia-se que restaram atendidas as diretrizes da Lei nº 8.666/93 e da legislação correlata ao pregão, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório, o que o torna legítimo e apto a produzir os efeitos legais necessários à formalização da contratação.

III – CONCLUSÃO

42. Por todo o exposto, esta Assessoria Jurídica opina pela:

a) adjudicação do objeto do GRUPO 1 em favor da empresa HR SOLUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI, CNPJ nº 07.494.365/0001-69, já que demonstrado nos autos condições para contratação com o setor público; e

b) adjudicação do objeto do GRUPO 2 em favor da empresa NOBRE SERVIÇOS DIGITAIS LTDA., CNPJ nº



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

20.433.203/0001-89, já que demonstrado nos autos condições para contratação com o setor público;

c) pelo não conhecimento do recurso hierárquico, apresentado por via diversa do previsto em edital ([0775172](#)), por ser intempestivo, e inadequado, visto que já postulado por meio correto, e

d) pela **homologação do certame pela autoridade competente**, com fundamento no art. 4º, XXI e XXII da Lei nº 10.520/02.

43. Vale lembrar que, após a decisão da autoridade superior, os autos devem retornar ao Pregoeiro para publicação do resultado do certame no Diário Oficial da União e no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral e juntada do comprovante aos autos.

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 30/12/2021, às 13:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0776507** e o código CRC **E567A0C3**.

0001039-38.2021.6.22.8000

PROCESSO: 0001039-38.2021.6.22.8000

INTERESSADO: SECOMS

ASSUNTO: **Análise recursal** – Empresa Recorrente: **NOBRE SERVIÇOS DIGITAIS LTDA**, CNPJ nº 20.433.203/0001-89. Pregão Eletrônico nº 22/2021 - Homologação - Contratação continuada de serviços de filmagem, captação de imagens e sons, produção, edição e finalização de vídeos e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

serviços de captação de imagens com sua respectiva gravação e transmissões ao vivo, além de transmissões de painel em led.

DECISÃO Nº 2 / 2022 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo instaurado por solicitação da Seção de Comunicação Social – SECOMS ([0668171](#)), para formação de registro de preços para eventual contratação de serviços de captação de imagens e sons, produção, edição e finalização de vídeos, serviços de transmissão ao vivo, serviço de instalação de telão LED com projeção de imagens e serviços de captação de imagens com sua respectiva gravação para atender demandas oriundas das atividades institucionais deste Regional, conforme descrito no tópico 2.0 do Termo de Referência - TR nº 5 – PRES/COPRESI/SECOMS ([0721407](#)).

O Pregoeiro juntou aos autos o Relatório de Propostas extraído do sistema Comprasnet ([0756687](#)), propostas das licitantes participantes do certame ([0756688](#), [0756710](#), [0762528](#), [0762918](#)) e a ata do Pregão n. 22/2021 ([0770604](#)) com declaração de inabilitação da empresa NOBRE SERVICOS DIGITAIS LTDA para o objeto do Grupo 1 e habilitação para o Grupo 2, bem como habilitação da empresa HR SOLUCOES E SERVICOS EIRELI para o objeto do Grupo 1.

A licitante **NOBRE SERVIÇOS DIGITAIS LTDA, CNPJ n. 20.433.203/0001-89**, registrou intenção de recurso e apresentou as razões tempestivamente ([0770617](#) e [0770626](#)) referente ao grupo 1. A licitante HR SOLUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI não apresentou contrarrazões ([0770690](#)). O Pregoeiro apresentou manifestação conhecendo o recurso, porém manteve a decisão atacada e encaminhou os autos à apreciação superior ([0772850](#)). Por fim, adjudicou o Grupo 2 à licitante NOBRE SERVIÇOS DIGITAIS LTADA e informou que, diante da existência de recurso, a adjudicação do objeto do Grupo 1 compete à Autoridade superior (Item 7 do Relatório 52 - [0772858](#)).

Os autos foram remetidos à Assessoria Jurídica desta Diretoria Geral, para apreciação ([0772871](#)).

Contudo, a Seção de Licitações e Contratos juntou aos autos novo Recurso apresentado pela empresa NOBRE SERVIÇOS DIGITAIS LTDA contra decisão do Pregoeiro que a inabilitou ([0775172](#)), e encaminhou à AJDG juntamente com a manifestação pelo não conhecimento do recurso, visto que intempestivo, inadequado e já postulado pelo meio correto. No entanto, mencionou, que não sendo esse o



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

entendimento da AJDG, o pleito poderá ser recebido como simples petição ou documentação complementar ([0775109](#)).

A AJDG exarou o parecer n. 240/2021 ([0776507](#)), opinando pelo conhecimento e não provimento do recurso juntado ao evento n. [0770617](#) e pelo não conhecimento do recurso apresentado via e-mail ([0775172](#)), visto que intempestivo e inadequado, declarando como vencedora do certame para o grupo 1 a empresa **HR SOLUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI**, CNPJ nº 07.494.365/0001-69 e para o grupo 2 a empresa **NOBRE SERVIÇOS DIGITAIS LTDA.**, CNPJ nº 20.433.203/0001-89 e pela homologação do certame pela autoridade competente, com fundamento no art. 4º, XXI e XXII da Lei nº 10.520/02.

Vieram os autos a esta Diretoria-Geral, com vistas à apreciação dos recursos interpostos pela empresa **NOBRE SERVIÇOS DIGITAIS LTDA** ([0770626](#) e [0775172](#)), bem como para análise final do processo licitatório, com vistas à sua homologação, oriundo do Pregão Eletrônico n. 022/2021 ([0770604](#)).

Inicialmente, no que diz respeito ao recurso juntado ao evento n. [0770626](#), analisando-se as razões trazidas pela recorrente, bem como os fundamentos contidos na conclusão do parecer jurídico supracitado, observa-se que não há reparos a serem feitos na conclusão e nos fundamentos utilizados pelo pregoeiro para o não acolhimento da pretensão da recorrente, de modo que irretocável se mostra a referida decisão.

O que se extrai dos autos, é que a recorrente não juntou documentos idôneos (Atestado de capacidade Técnica) que comprovassem que os serviços constantes nos atestados apresentados atendiam às exigências do instrumento convocatório, nos termos previstos no capítulo 8.6 e 8.6.1, do Termo de Referência n. 5/2021 [0721407](#).

Mesmo sendo oportunizado prazo cabível para apresentação da documentação complementar de habilitação técnica mínima exigida, os documentos apresentados não foram suficientes para sanar as irregularidades apontadas pela unidade técnica, vez que não possuem características complementar aos que foram apresentados anteriormente no certame juntamente com a proposta, não permitindo sua aceitação nos moldes previstos no art. 26, §9º, do Decreto 10.024/19, sob pena ferir o princípio da vinculação ao instrumento convocatório e a isonomia entre os licitantes.

Além disso, não é permitida a apresentação de novos Atestados de Capacidade Técnica operacional fora do prazo previsto no



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

item 10.1 do Edital, uma vez que, nos termos do item 10.3 do edital, fica claro que os documentos complementares à habilitação se prestam à confirmação daqueles exigidos no edital e **já apresentados**. Logo, andou bem o Pregoeiro em não admitir a apresentação de novos ACT'S, bem como de documentos diversos.

Em relação ao segundo recurso apresentado pela empresa NOBRE SERVIÇOS DIGITAIS LTDA, juntado ao evento n. [0775172](#), acertadamente fundamentou o pregoeiro em sua manifestação 5/2021 ([0775109](#)) pelo não conhecimento, tendo em vista a intempestividade de sua interposição, inadequação em seu peticionamento (via email), além do fato de já haver interposto recurso tempestivamente, utilizando-se do meio adequado e pendente de decisão superior.

Nesses termos, verifica-se que todas as decisões tomadas pelo pregoeiro foram pautadas em critérios técnicos observados pela unidade técnica demandante dos serviços ([0772191](#)), avaliando todas as razões do recurso e das contrarrazões, com suporte em normas pertinentes ao assunto e na jurisprudência da Corte de Contas Nacional.

Em que pese os descontentamentos pautados via recursal, verifica-se, de modo geral, que no certame foram obedecidos os princípios e procedimentos das Leis n. 8.666/93 e da legislação correlata ao pregão, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório, o qual transcorreu de forma regular, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata do Pregão Eletrônico ([0770604](#)).

Nesses termos, pela competência delegada pelo inciso V do art. 1º da Portaria GP n. 66/2018:

a) **CONHEÇO DO RECURSO INTERPOSTO** pela empresa **NOBRE SERVIÇOS DIGITAIS LTDA**, CNPJ n. **20.433.203/0001-89** ([0770626](#)) e, no mérito nego-lhe provimento, mantendo inalterada a decisão do pregoeiro em todos os seus fundamentos.

b) **NÃO CONHEÇO DO RECURSO** apresentado por via diversa do previsto em edital ([0775172](#)), por ser intempestivo, e inadequado, visto que já postulado por meio correto;

c) **ADJUDICO o objeto do GRUPO 1 em favor da empresa HR SOLUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI**, CNPJ nº 07.494.365/0001-69; **já que demonstrado nos autos condições para contratação com o setor público**, com fundamento no art. 4º, XXII da Lei n. 10.520/02; e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

d) HOMOLOGO O PREGÃO ELETRÔNICO n. 22/2021 e determino à SLC a juntada do extrato de homologação.

Por fim, devolvam-se os autos ao Pregoeiro para publicação do resultado do certame no Diário Oficial da União e no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral e juntada do comprovante aos autos.

À Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade - SAOFC para continuidade dos procedimentos necessários à contratação, bem como diligenciar junto às licitantes vencedoras eventual atualização dos documentos de habilitação.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 19/01/2022, às 17:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0781394** e o código CRC **0EEA335B**.